

# Jovens Agricultores

*Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal*



**Instalação de Jovens Agricultores**

**Mensagem do Presidente da República**

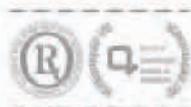
# com Segurança



**Não é fácil estar sempre na ponta da tecnologia,  
mas nós estaremos sempre lá.**

Uma agricultura moderna e eficaz, dotada dos níveis de qualidade, inovação e preservação do ambiente exigidos, têm que investir continuamente em meios técnicos e humanos cada vez mais elevados. E é isso que fazemos, com toda a nossa experiência e capacidade técnica, de uma forma inovadora e flexível, analisamos a terra, aconselhamos a melhor fertilização, acompanhamos a cultura e avaliamos os resultados. Do princípio ao fim, protegendo o ambiente, a terra e os frutos que ela produz.

ADP-Adubos de Portugal, sempre ao seu lado. Com segurança.



**ADP**  
Adubos de Portugal  
com Segurança

Empresa do Grupo CUF

2005

## Concurso Jovem Agricultor

**ORGANIZAÇÃO:** Associação dos Jovens  
Agricultores de Portugal

**APOIO:** Programa AGRO

**LANÇAMENTO:** Março 2005

**CANDIDATURAS:** Março a Junho 2005

Mais informações:

AJAP

Rua D. Pedro V, 108 - 2.º

1269 - 128 Lisboa

Tel.: 21 324 49 70

E-mail: [ajap@ajap.pt](mailto:ajap@ajap.pt)

Com o apoio:



**6**  
*"É indispensável continuar a ter um sector aberto e atractivo para os jovens" pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva*

**8**  
Dossier  
*"Instalação de Jovens Agricultores"*

**12**  
Ajudas aos Jovens Agricultores da União Europeia

**13**  
*Medidas de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores*  
*Saber melhorar para o futuro*  
por Tito Rosa

**14**  
Jovens Agricultores: sucesso ou insucesso?  
por Maria Madalena Barreira e Maria Inês Mansinho

**16**  
*Jovem Agricultor de Sucesso*

**18**  
Medidas Agro-Ambientais:  
Redução da Lixiviação de Agro-Químicos para os Aquíferos

**21**  
PI: O enrelvamento

**23**  
Concurso Jovem Agricultor 2005  
*Ovibeja: Presidente da República visita stand da AJAP*  
Dia da Europa - Dia da Agricultura nas Escolas Europeias  
CEJA - Conselho Europeu de Jovens Agricultores com novo Presidente  
Conselho de Ministros da Agricultura

**24**  
SNIRA - O/C  
Postos de Atendimento do SNIRB  
Roteiro de Eventos

**26**  
SEMINÁRIO  
*"AGARRAR O TEMPO PARA SER JOVEM AGRICULTOR"*

**27**  
Legislação

**28**  
Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor



## Ser Jovem, e a opção de ser Jovem Agricultor

Não é de forma alguma um paradigma, nem tão pouco um imbróglio de difícil resolução, é simplesmente a constatação da dificuldade em ser-se jovem nos dias de hoje. Do Litoral ao Interior, de Norte a Sul do país há uma dúvida que assiste todos os jovens; o que fazer, o que projectar, o que idealizar para o futuro. Todos sabemos das dificuldades de emprego para os jovens nos nossos dias, faço votos para que o esforço da

AJAP, do Gestor do Programa AGRO e do Ministério da Agricultura, sejam coroados de êxito, o desafio de jovens poderem "Agarrar o Tempo para ser Jovem Agricultor".

Todos os jovens podem ser Jovens Agricultores, esta é a base para uma decisão difícil, mas se existir vontade, os diferentes obstáculos são seguramente ultrapassados. Em Portugal estamos muito aquém de produzir aquilo que consumimos, por norma e se desenvolvida uma verdadeira aposta na qualidade e organização da fileira comercial, os produtos portugueses podem com sucesso conquistar novos mercados. Agricultura associada à floresta e algumas actividades ligadas ao turismo, caça, pesca e lazer, podem seguramente renovar a esperança das nossas aldeias em estado avançado de desertificação, ou seja, razões de sobra para tentar agarrar uma actividade desenvolvida ao ar livre e sem stress, de risco é certo, mas aliciante.

Este risco exige contenção, pragmatismo, apoio técnico, aconselhamento, para além de medidas de apoio, este é o nosso maior desafio, estas são também preocupações que o Ministério da Agricultura está cada vez mais empenhado em resolver. Conscientes da necessidade de crescimento equilibrado do país e da valorização dos seus recursos, cada vez mais canalizaremos uma boa parte das nossas energias para o apoio aos jovens que optem pela actividade agrícola, como parte da solução do problema.

Após a divulgação feita um pouco por todo o país dos novos incentivos à disposição dos candidatos a Jovens Agricultores, queremos premiar os recém instalados e o carácter inovador dos seus projectos através do relançamento do Concurso Jovem Agricultor.

Quero agradecer aos técnicos da AJAP o esforço na condução de todo o processo técnico e administrativo no lançamento de todas estas actividades ligadas aos Jovens Agricultores, mas permitam-me que em nome da AJAP agradeça ao principal impulsionador deste processo, o Eng.º Tito Rosa, Gestor do Programa AGRO.

## Ficha Técnica

( Abr | Mai | Jun ) 2005

N.º 62

**AJAP**

**Associação dos Jovens  
Agricultores de Portugal**

**Propriedade, Redacção e  
Edição**

**AJAP - Rua D. Pedro V, 108-  
2º - 1269-128 Lisboa**

**Telefone**

**21 324 49 70**

**Fax**

**21 343 14 90**

**Director**

**Firmino Cordeiro**

**Coordenação**

**Depart. de Comunicação**

**Redacção**

**Depart. Técnico**

**Secretariado**

**Olga Leitão**

**Dep. Comercial**

**Olga Sereno**

**Impressão**

**Gazela, Artes Gráficas, Lda.**

**Depósito Legal**

**nº 78606/04**

**Registo de Título**

**nº 116714**

**Tiragem**

**10 000 exemplares**

**Periodicidade**

**Trimestral**

**E-mail**

**ajap@ajap.pt**

**URL**

**www.ajap.pt**

**Distribuição Gratuita**

**Foto da Capa**

**AJAP**



## Mensagem

É com muito agrado que me dirijo à Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e aos jovens empresários agrícolas em geral, que devem ser protagonistas do desafio crucial de manter um sector agrícola forte no país.

A vossa associação já completou 22 anos de existência e as páginas deste boletim são decerto um instrumento para que os membros da AJAP olhem para o caminho percorrido e, com o distanciamento possível, avaliem em que grau conseguiram os objectivos com que ela foi criada e de que modo estes foram sendo reformulados, respondendo a realidades sócio-económicas sempre em evolução.

Com efeito nestas duas décadas não só houve várias políticas agrícolas nacionais e depois várias PAC's; mas cada vez mais a transformação e a modernização da economia, nas sociedades desenvolvidas, dependem do contributo e da iniciativa dos empresários e em menor parte dos Estados.

Sobretudo no nosso País, em que décadas de atrasos estruturais e anestesia do espírito empreendedor criaram uma cultura com altos índices de aversão ao risco, são bem vindos todos os esforços e iniciativas que ajudem a difundir o espírito de empresa e o gosto pelo seu desafio criativo, para se darem sólidos passos em frente no caminho do progresso e bem-estar da sociedade, o que é particularmente oportuno referir num sector envelhecido como o agrícola.

Agora algumas reflexões sobre matérias do vosso interesse que me parecem essenciais.

A primeira diz respeito à formação profissional.

Sei que os jovens empresários agrícolas têm tido uma aprendizagem formal em moldes modernos e actualizados nos domínios tecnológicos.

Contudo há necessidade de assegurar a sua continuidade ao longo da vida activa, não só como estratégia de desenvolvimento pessoal de capacidade de compreensão da cidadania, mas também como instrumento ao serviço de melhores desenvolvimentos e competitividade do sector agro-florestal e alimentar.

Se ser jovem empresário é a vocação de muitos de vós, as valências que se aproveitam e desenvolvem nos períodos de formação são igualmente relevantes na prossecução de muitas outras actividades com contributo significativo para o desenvolvimento económico e social do País.

Estou certo que a presença, no mundo rural de jovens empresários cada vez melhor escolarizados vai facilitar o crescimento económico e a competitividade das empresas já existentes, ao mesmo tempo que irá reduzir os riscos de insucesso.

Quero em segundo lugar frisar a importância que atribuo à integração europeia e à interligação com as associações congéneres dos nossos parceiros comunitários.

A PAC foi uma das primeiras políticas comuns da UE e ainda hoje a mais participada pelo orçamento europeu.



É indispensável que as associações de agricultores constituam uma força de pressão para que a política agrícola da UE não seja renacionalizada, nomeadamente nos países de menores produtividades e com maior percentagem de população agrícola.

Os problemas agrícolas actuais são complexos e as reformas recentes alterando regras no meio do jogo também não ajudam. E não posso esquecer a seca severa, que a todos afecta mas em especial ao vosso sector.

E junto a minha compreensão solidária pelas dificuldades que esta seca traz às vossas empresas, esperando que as indispensáveis ajudas dos poderes políticos (UE e Governo) não tardem.

Deixo também um apelo a todos os jovens agricultores. Apelo que se dirige à sua capacidade de iniciativa e de inovação agrícola e comercial face às renovadas políticas das fileiras agrícola, florestal e agro-alimentar.

Estas capacidades são indispensáveis para que obtenham uma melhoria da produtividade das vossas empresas. São precisos muitos mais jovens empresários e gestores dinâmicos para adaptar e desenvolver a agricultura portuguesa no quadro de uma economia global e cada vez mais baseada no conhecimento.

E lembro que não há independência política sustentável sem se manter uma reserva alimentar nacional.

Termino fazendo votos para que a AJAP, os seus dirigentes e os seus técnicos e colaboradores continuem a prestar serviços relevantes ao país. Porque o papel activo dum sector empresarial jovem é essencial na agricultura.

*Com as melhores saudações*

# **Dossier: Instalação de Jovens Agricultores**

**"É indispensável continuar a ter um sector aberto e atractivo para os jovens"**



Jaime Silva  
Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

A agricultura portuguesa encontra-se envolvida num processo de profundas transformações. Confrontada desde a nossa adesão com um espaço concorrencial acrescido no seio da UE, progressivamente alargado ao resto do mundo com a crescente liberalização do comércio de produtos agrícolas, nem por isso deixou de progredir significativamente no sentido da sua modernização. E isto quer em termos do crescimento da produtividade do trabalho, superior ao crescimento médio europeu, quer do valor final da produção.

É esta análise do passado recente que justifica encarar com confiança os desafios do futuro. Para este processo é certo que beneficiámos, e continuaremos a beneficiar, da solidariedade dos nossos parceiros europeus. Portugal tem contado com um apoio significativo para empreender os necessários ajustamentos estruturais, de que são exemplo a expansão do regadio e a modernização das várias fileiras, do sector do leite à produção de vinho. É este caminho que temos de continuar e para o qual devemos mobilizar o esforço de todos, designadamente para a preparação do próximo período de programação 2007-2013, com os novos instrumentos de apoio ao sector.

Para esta nova fase terá de ser dada uma atenção especial ao acompanhamento da aplicação da reforma da PAC de 2003, em particular com o novo pagamento único que en-

trou em vigor em 2005. Esta alteração, benéfica na medida em que aproximará as nossas produções das necessidades de mercado, comporta no entanto a necessidade de uma reorientação produtiva em várias regiões do nosso país.

Por isso mesmo importa equacionar novas orientações, que irão desde o aumento da área de regadio para permitir novas produções em determinadas regiões, até ao reforço do papel multifuncional dos agricultores, designadamente no domínio da protecção do ambiente, garantindo a prestação de novos serviços geradores de receitas complementares à actividade agrícola.

Mas ao falarmos do futuro da nossa agricultura, é incontornável falar da sucessão de gerações. Para termos uma agricultura e territórios rurais sustentáveis, não basta proporcionar condições para os que estão na actividade se adaptem às novas circunstâncias. É igualmente indispensável continuar a ter um sector aberto e atractivo para os jovens. Este objectivo requer uma actuação em várias frentes, que passa por uma formação adequada, condições de acesso à terra, apoio financeiro, acompanhamento técnico, etc. Mas para que o sector continue a ser atractivo teremos igualmente de, em paralelo com a melhoria das condições económicas do exercício da actividade, melhorar a imagem da agricultura e as condições de vida no mundo rural.

São estes alguns dos desafios com que nos confrontamos no momento actual. Contando com todos os intervenientes no sector para ajudar a construir as soluções mais equilibradas, deposito uma esperança acrescida no potencial criativo e na motivação dos jovens agricultores portugueses, essenciais a qualquer processo de mudança.

# 100% Fiável, Único.



**syngenta**

Syngenta Crop Protection  
Soluções para a Agricultura, Lda.

Av. de Berna, 52-2º  
1050-043 Lisboa  
Tel.: 21 794 32 00  
Fax: 21 794 32 30  
E-mail: contacto.portugal@syngenta.com  
Nº Azul: 808 200 010  
www.syngenta.pt



# Topaze®

A Tradição da Eficácia.

# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

## Jovens Agricultores e o Futuro

A agricultura sempre foi um dos sectores mais representativos do nosso país, principalmente no que diz respeito aos recursos humanos a ele afectados. No contexto actual, em que o sector se encontra debilitado, torna-se urgente implementar medidas que o sustentem e promovam. Mudanças que possibilitem uma vida igual de condições e direitos nas zonas rurais, quando comparadas com as zonas urbanas.

Sendo os Jovens Agricultores o futuro próximo da Agricultura Nacional, é então fundamental encontrar a melhor forma de os apoiar, esclarecer e incentivar, para que seja possível a manutenção e reforço do tecido social e económico das zonas rurais do nosso país, contrariando a tendência cada vez mais acentuada de êxodo rural.

A possibilidade de iniciar actividade como Empresário Agrícola é, para a maioria dos Jovens, uma possibilidade remota, já que actualmente não é encarada por grande parte da população como uma ocupação atraente e motivadora. À semelhança de outras, implica riscos iniciais elevados, sendo estes acentuados pela falta de infra-estruturas das zonas rurais, e pela dependência, na maioria das situações, das condições climáticas.

Na era das novas tecnologias, a agricultura e o mundo rural não são uma opção. Está nas mãos de todos, mostrar que a agricultura é uma actividade aliciante e cada vez mais competitiva. E que justamente, num mundo cada vez mais tecnológico é necessária a implementação dessa tecnologia num sector como o da agricultura, proporcionando a qualidade e competitividade que faltam ao sector.

Com as alterações ao Programa AGRO, foi possível proporcionar algumas melhorias nas condições necessárias à instalação de um Jovem Agricultor, nomeadamente, a criação da figura de Jovem Agricultor a tempo parcial. Assim, passará a ser possível nas zonas desfavorecidas, a instalação de um Jovem como Empresário Agrícola mantendo em simultâneo qualquer outra actividade profissional.

Mas, muito trabalho há ainda a fazer para que seja possível atingir o objectivo que se impõe no momento, o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola. Para que isso aconteça, torna-se absolutamente necessário, que este se transforme de facto, num objectivo político nacional de manifesto interesse público.



Para que todo o processo de candidatura decorra com a maior normalidade, é necessário que o Jovem Agricultor tenha em atenção alguns pontos fundamentais, aquando da candidatura, tais como:

- A concessão das ajudas deve estar aprovada antes de ter completado 40 anos de idade, devendo para isso entregar a candidatura no IFADAP no máximo até 6 meses antes;
- Possuir qualificação profissional adequada: Estar habilitado com curso superior, médio ou técnico-profissional nos domínios da agricultura, silvicultura ou pecuária, ou curso equivalente reconhecido para o efeito pelo Ministério da Agricultura, ou ter frequentado, com aproveitamento, um curso de formação profissional para empresários agrícolas da responsabilidade do Ministério da Agricultura ou outro equivalente reconhecido pelo Ministério;
- Ser titular de uma exploração que necessite de um volume de trabalho equivalente, no mínimo, a uma UTA, devendo esse volume de trabalho ser atingido no prazo máximo de dois anos a contar da data de celebração do contrato de atribuição de ajudas;
- Assegurar o exercício da actividade agrícola na exploração nas condições em que a candidatura venha a ser aprovada,

# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

durante um período mínimo de cinco anos a contar da data da celebração do contrato de atribuição das ajudas e, em qualquer caso, até ao termo do projecto;

- Disponer, desde o início da execução dos investimentos, do sistema de contabilidade exigido por lei;
- Se comprometa a atingir, no prazo máximo de três anos a contar da celebração do contrato de atribuição das ajudas, a viabilidade económica da exploração ( $VALcf/UTA \geq SMN$ )<sup>1</sup>;
- Se comprometa a, no prazo máximo de três anos a contar da celebração de contrato de atribuição das ajudas, satisfazer as normas comunitárias mínimas em matéria ambiental, de higiene e bem-estar dos animais;
- Quando um dos cônjuges já tiver beneficiado de ajudas aos investimentos, não poderá o outro instalar-se na mesma exploração objecto das ajudas como Jovem Agricultor;
- Os sócios gerentes de pessoas colectivas em início de actividade podem beneficiar das presentes ajudas desde que reúnam as condições referidas anteriormente.

As candidaturas são formalizadas através da apresentação de formulário próprio junto do IFADAP, devendo ser acompanhado de todos os documentos indicados nas respectivas instruções.

**Os Jovens Agricultores que pretendam instalar-se como Empresários Agrícolas têm ao seu alcance as seguintes ajudas:**

## 1. Ajudas à primeira instalação

### 1.1 Prémio de instalação:

25 000 Euros quando a exploração se situa numa Zona Desfavorecida; (Regiões definidas pela Directiva CE 75/268 de 28 Maio: para saber se a sua exploração está numa Zona Desfavorecida ou não contacte os Serviços Regionais do IFADAP ou do Ministério da Agricultura);

22 500 Euros quando a exploração se situa numa Zona Não Desfavorecida;

<sup>1</sup> VALcf – Valor acrescentado líquido a custo de factores  
UTA – Unidade de Trabalho Ano  
SMN – Salário Mínimo Nacional

10 000 Euros quando a exploração se situa numa Zona Desfavorecida mas a instalação é feita a tempo parcial. (Nas Zonas Não Desfavorecidas não existe a possibilidade de ter prémio para instalação como agricultor a tempo parcial).

O prémio é pago de uma única vez aquando da assinatura do contrato de atribuição de ajuda após aprovação da candidatura.

### 1.2 Ajudas para despesas de instalação:

Concedidas sobre a forma de bonificação de juros, até ao limite de 25 000 Euros, de acordo com uma linha de crédito específica. O prazo máximo do empréstimo é de 10 anos, sendo o período de carência de 1 ano, com uma única utilização no prazo máximo de seis meses após celebração do contrato.

a) Aquisição, construção ou melhoria de habitação rural própria, desde que localizada na área da exploração num raio máximo de 20 km a partir do assento da lavoura;

b) Aquisição de direitos de produção ou de direitos a prémio nos termos da respectiva organização comum de mercado.

## 2. Ajudas ao investimento:

As ajudas ao investimento são concedidas aos Jovens Agricultores que sejam Agricultores há menos de cinco anos, e que apresentem um projecto de investimento na exploração agrícola com um montante de investimento elegível de, pelo menos, 5 000 euros.



# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

Valores das ajudas e critérios de modulação para Jovens Agricultores:

Tipo de investimento	Jovens Agricultores (1º Projecto)			Jovens Agricultores (2ºs Projectos)		
	Zona Desfavorecida	Zona não Desfavorecida	Região LVT	Zona Desfavorecida	Zona não Desfavorecida	Região LVT
Investimentos	60	50	40	60	50	40
Aquisição de máquinas de uso genérico	60	50	40	50	40	30
Olival superintensivo	30	30	30	30	30	25

LVT - Lisboa e Vale do Tejo

Quando uma exploração agrícola se localizar em duas regiões distintas, considera-se, para efeitos de determinação do valor das ajudas, estar incluída na região em que se situar a maior parte da sua superfície útil.

Valores das ajudas e critérios de modulação para outros Agricultores:

Tipo de investimento	Zona Desfavorecida		Zona não Desfavorecida		Região LVT	
	Com reconversão ou MPBio	Sem reconversão ou MPBio	Com reconversão ou MPBio	Sem reconversão ou MPBio	Com reconversão ou MPBio	Sem reconversão ou MPBio
Olival, fruticultura, horticultura, pecuária extensiva, bovini-cultura de leite e ambiente	50%	45%	40%	35%	35%	30%
Outros investimentos (equipamentos específicos e animais)	40%	40%	35%	35%	30%	30%
Aquisição de máquinas de uso genérico	30%	30%	25%	25%	20%	20%
Bem-estar animal em pecuária extensiva	45%	45%	40%	40%	30%	30%
Bem-estar animal em pecuária intensiva	45%	45%	40%	40%	30%	30%
Olival superintensivo	30%	30%	30%	30%	25%	25%

MPBio – modo de produção biológico.

Reconversão – desde que, pelo menos, 50 % dos investimentos elegíveis respeitem à reconversão da exploração, entendendo-se como tal a transformação de sequeiro em regadio, bem como a mudança da actividade desenvolvida que implique efeitos estruturais na exploração.

## Dúvidas mais frequentes

I – Existe uma hierarquização das candidaturas aquando da sua recepção pelo Ministério da Agricultura, de acordo com os seguintes critérios:

a) Investimentos que visem maioritariamente actividades ou áreas prioritárias e, entre estes, os seguintes:

- i) Projectos de Jovens Agricultores em primeira instalação;
- ii) Projectos estruturantes;
- iii) Outros projectos.

b) Investimentos que visem outras actividades ou áreas.

Para efeitos da alínea a) consideram-se actividades ou áreas prioritárias as seguintes:

- 1) Olivicultura;
- 2) Fruticultura, horticultura e floricultura;
- 3) Pecuária em regime extensivo;
- 4) Bovinicultura de leite (apenas quando associada a aspectos de melhoria da qualidade e que não impliquem aumento de capacidade);
- 5) Ambiente.

II – É possível criar uma sociedade composta por Jovens Agricultores, desde que todos verifiquem as condições inicialmente estabelecidas. É também viável, desde que numa Zona Desfavorecida, um dos Jovens Agricultores da sociedade instalar-se a tempo parcial.

III - Impossibilidade de se instalarem como Jovens Agricultores em sociedade com os pais. Situação muitas vezes pretendida, já que os Jovens se pretendem instalar como empresários na actividade agrícola, mas os pais não se encontram ainda em idade de reforma.

IV – A aquisição de terra, para ser objecto de ajuda, pode atingir um máximo de 30% do investimento elegível.

V – A execução material dos projectos deve iniciar-se no prazo máximo de seis meses a contar da data de celebração do contrato de atribuição da ajuda e estar concluída no prazo máximo de dois anos a contar da mesma data.

VI – No caso de projectos que prevejam a instalação de novos olivais, o prazo máximo de conclusão da execução material do projecto é de cinco anos. No entanto, as novas plantações só são elegíveis no quadro definido no programa para a plantação de 30 000 ha de olival em Portugal.

# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

## Ajudas aos Jovens Agricultores da União Europeia

Apesar da convergência entre as políticas rurais dos países da União Europeia, as ajudas aos Jovens Agricultores estão subordinadas ao princípio de subsidiariedade, ou seja, os Estados Membros são livres de transpor total ou parcialmente a legislação Comunitária em direito nacional. A implementação destas medidas está patente tanto ao nível dos critérios de atribuição das ajudas como na forma e no montante das ajudas acordadas, originando diferenças significativas entre Estados Membros as quais estão resumidas no quadro seguinte:

País	Instalação	Investimento	Reforma Antecipada	Direitos de Produção
Alemanha	≤ 10 000 €	Não	Não	Não
Áustria	≤ 25 000 €	Não	Não	Não
Bélgica	≤ 25 000 €	≤ 25 000 €	Não	Leite, bovinos de carne, açúcar e vaca aleitante
Dinamarca	Não	Não	Não	Leite, ovinos e vaca aleitante
Espanha	≤ 15 025 €	≤ 15 025 €	Sim	Leite e vinho
Finlândia	≤ 22 000 €	≤ 22 000 €	Sim	Leite
França	≤ 22400 €	Juro bonificado	Sim	Leite, ovinos, caprinos, vaca aleitante e vinho
Grécia	≤ 25 000 €	ND	Sim	ND
Holanda	Não	Não	Não	Não
Irlanda	≤ 9500 €	Não	Sim	Leite e vaca aleitante
Itália	≤ 25 000 €	≤ 25 000 €	Sim	Não
Luxemburgo	≤ 25 000 €	≤ 25 000 €	Não	Leite e vaca aleitante
Portugal	≤ 25 000 €	≤ 25 000 €	Sim	Leite, ovinos e caprinos
Reino Unido	Não	Não	Não	Não
Suécia	≤ 11 000 €	≤ 11 000 €	Não	Não

Fonte: CEJA, 2005.

Nota: O CEJA não possui dados sobre os 10 novos países da União Europeia.

Legenda: ND → dados não disponíveis; Não → ajuda não atribuída; ≤ → ajuda menor ou igual ao montante mencionado dependendo da situação de instalação, nomeadamente a região (e.g. montanha, desfavorecida).

# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

## MEDIDAS DE APOIO À INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

### Saber melhorar para o futuro

A política de fomento do rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola através do incentivo à instalação de jovens agricultores tem constituído uma componente essencial dos fundos de apoio ao investimento por via dos fundos estruturais.

Se é incontestável a sua necessidade e o reconhecimento que sem ela muito dificilmente se encorajaria os jovens a optar por serem agricultores, está por fazer uma avaliação da sua eficiência, não apenas pelo número de novas instalações face aos objectivos definidos mas, também, pela medida do seu sucesso ou insucesso.

Ora, acontece, que os jovens agricultores passam por dificuldades acrescidas - relativamente a outros agricultores que beneficiam de fundos públicos para a modernização das suas empresas - que, em muitos casos, conduzem a situações de insolubilidade e conseqüente falência financeira, tornando ineficazes os apoios concedidos.

O jovem está sujeito a condicionantes fortes, mais fortes que de outros agricultores já instalados, em relação a alguns dos factores essenciais de produção.

O jovem confronta-se com uma barreira de entrada na actividade, bastante significativa, porque sendo jovem e muitas vezes proveniente de famílias de rendimentos limitados, e não dispondo de capitais próprios acumulados, o recurso à compra da terra através de empréstimos junto de instituições de crédito é a solução.

A conta de exploração é desde logo agravada pela amortização e juros do empréstimo para além de, muitas vezes, comprometer a sua situação quanto à capacidade de endividamento, porquanto, na maioria das situações a concessão do empréstimo conduz à hipoteca do património, a começar pela própria terra adquirida.

Apesar da compra da terra ser uma despesa elegível tem sido, todavia, limitada não podendo hoje exceder 30% do investimento total elegível num projecto de investimento de jovens, o que se torna problemático.

Da situação referida resulta ainda, indirectamente, um segundo factor de agravamento nas condições de instalação dos jovens. Para a componente do auto financiamento do investimento e para constituição do fundo de maneio, imprescindível numa actividade como a agricultura, o jovem tem necessidade de recorrer ao banco, apresentando-se em difíceis condições de negociação (sem garantias reais para prestar, uma vez que o património terra se encontra hipotecado, sem provas dadas e numa actividade de risco).

Tito Rosa  
Gestor do Programa Agro

Nesta situação, quase sempre, as condições que obtém, quando as obtém, são onerosas e desajustadas quer ao perfil e ciclo do investimento, quer, frequentemente, insuficientes para equilibrar a conta de exploração nos anos de carência.

A utilização, em termos de política de apoio, de incrementos sucessivos nos prémios de instalação e/ou nas taxas de cofinanciamento dos investimentos, não se tem revelado, na minha opinião, a melhor forma de possibilitar, com sustentabilidade, um acréscimo proporcional no número de jovens agricultores instalados. É preciso recorrer a outro tipo de instrumentos, designadamente, que actuem, aligeirando, sobre os encargos da empresa nos primeiros anos de instalação.

Até agora tal tem sido impossibilitado pela regulamentação rígida e pouco inovadora das regras de financiamento comunitárias, transpostas depois para a legislação nacional.

Ora, como se revela pelos apoios e níveis concedidos, trata-se de um grupo particular de empresas que importa fomentar para assegurar o futuro da habitabilidade e competitividade dos territórios agrícolas e rurais.

Parece-me assim importante, no momento que se aproxima a preparação de um novo quadro de incentivo à instalação de jovens agricultores a vigorar entre 2007 e 2013, que se promova o debate com rigor, seriedade e responsabilidade (o que está em causa é a utilização de recursos públicos no nosso desenvolvimento), mas também com sentido inovador, descomplexado e pragmático, que permita desenhar formas de incentivo, apoio e acompanhamento de jovens na agricultura mais adequadas às exigências que os factores de sucesso empresarial obrigam, designadamente em áreas tão importantes quanto o acesso à terra, o acesso ao financiamento bancário, a concessão de garantias, o conhecimento técnico, a informação, a capacitação de gestão, a formação e o relacionamento com o mercado.

Estamos perante o grande desafio que as associações profissionais de jovens e a Administração Pública devem saber assumir convergindo nas melhores formas de criar condições a um efectivo salto de competitividade que uma política de rejuvenescimento e atracção de novos agricultores pode ter na economia agro-alimentar do País.



## Jovens agricultores: sucesso ou insucesso? Notas de uma pesquisa em curso

Está em curso, sob coordenação do Instituto Superior de Agronomia, um estudo subordinado ao tema: "Jovens Agricultores: factores de sucesso e de insucesso" (projecto financiado pela Acção 8, Medida 1 do PO AGRO).

Pretendia-se identificar os factores de sucesso inscritos nos projectos apresentados pelos jovens agricultores ao longo do I e II Quadros Comunitários de Apoio. Tinha-se como objectivo hierarquizar os critérios que deveriam orientar os decisores na aplicação e acompanhamento dos incentivos aos jovens agricultores.

Evidentemente que a divulgação e discussão dos resultados com os jovens agricultores e as suas associações têm o maior interesse na prossecução dos objectivos do projecto. Este artigo pode ter a virtude de divulgar junto dos interessados, as metodologias e alguns dos resultados do estudo em referência.

Nele estão inscritas as fases seguintes:

### I – Caracterização geral das políticas de apoio aos jovens agricultores

Nesta fase trabalhou-se informação coligida pelo IFADAP relativa a todos as candidaturas de jovens agricultores no período em referência (1986-1999). Caracterizaram-se assim os projectos apresentados por jovens agricultores e analisaram-se os critérios de atribuição de fundos.

Foi utilizada ainda informação secundária do INE (RGA) e do GPPAA (Portugal Rural: territórios e dinâmicas).



Um terço dos jovens agricultores são mulheres

A conjugação das várias fontes de informação permitiu construir uma tipologia de projectos a qual foi referenciada geografica e territorialmente.

### II – Motivações, práticas e atitudes dos jovens agricultores

Foram seleccionadas duas regiões agrárias (Ribatejo-Oeste e Beira Interior) permitindo evidenciar contrastes ao nível, quer da competitividade agrícola, quer da adesão dos jovens a esta medida. Nestas regiões foi realizado um inquérito a uma amostra de cerca de 200 jovens agricultores.

### III – Enquadramento institucional da actividade dos jovens agricultores

Uma vez dada a palavra aos jovens agricultores, foram posteriormente contactadas várias Instituições (Associações de produtores, Cooperativas, Instituições financeiras, etc.),

# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

com o objectivo de se esclarecer a consistência dos factores de sucesso e de insucesso por eles identificados.

Estamos a falar nomeadamente de questões relativas ao interesse pela agricultura, adequação da formação profissional, acessibilidade ao mercado de factores, fontes de financiamento, enquadramento familiar, comercialização dos produtos e relação com os serviços de acompanhamento e assistência técnica públicos e privados.

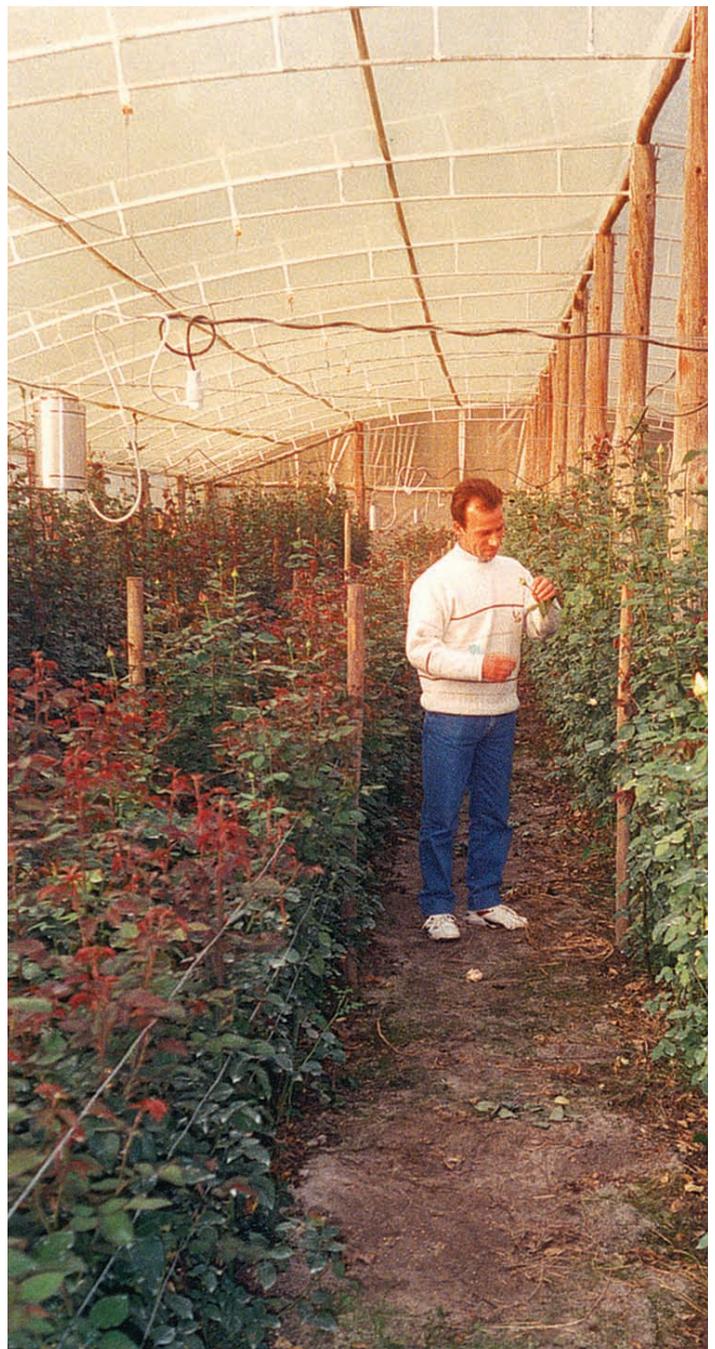
## IV – Orientação para a tomada de decisão

Uma das finalidades dos estudos aplicados é certamente a de fornecer aos decisores instrumentos de análise da realidade orientadores das suas tomadas de decisão. Por isso, na última fase do projecto procura-se fazer a integração das conclusões parciais obtidas, interpretando os resultados de molde a proceder à hierarquização de critérios que permitam uma selecção dos beneficiários e dos projectos, capazes de refrescar, a estrutura empresarial da agricultura portuguesa.

Neste momento, estão já apurados alguns resultados do inquérito realizado, dos quais podemos resumidamente destacar os que se seguem. A percentagem elevada de jovens agricultores que continua na actividade. Estes jovens agricultores não terão talvez um nível elevado de habilitações escolares, nem uma formação agrícola específica, mas correspondem a muitos casos de sucessão na exploração, podendo concluir-se por uma forte sobre-determinação familiar na decisão dos jovens agricultores. Não obstante, e isso é um bom sinal, a principal motivação apresentada pelos próprios, é o gosto pela agricultura. Na sua avaliação revelam um bom nível de satisfação pela sua actividade.

---

Maria Madalena Barreira e Maria Inês Mansinho  
Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural,  
Instituto Superior de Agronomia,  
Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.



## *Jovem Agricultor de Sucesso*

Chamo-me Paulino Almeida e sou um Jovem Agricultor de 31 anos, assim como a minha mulher, Maria Isabel de 28 anos. Ambos somos naturais de Aguçadoura, uma freguesia da Póvoa de Varzim, em que a actividade agrícola praticada é exclusivamente a horticultura.

Instalei-me em 1994 como Jovem Agricultor, na actividade de Horticultura, em estufa (1500 m<sup>2</sup>) com produção de tomate, feijão e alface e ao ar livre (1 ha) com produção de cebola, cenoura, couves, alho francês, nabos, batata, alho seco e alface.

Com o decorrer dos anos as explorações existentes na região aumentaram a área de produção em estufa, aumentando assim a oferta de produtos hortícolas dificultando a comercialização aos intermediários.

Em 1998 associei-me à Cooperativa Agrícola de Esposende pois esta ofereceu-me algumas garantias de venda e apoio técnico, tendo para isso que cumprir os regulamentos existentes.



Já em 2000 e dada a necessidade de aumentar a área coberta foi a vez da minha mulher frequentar uma acção de formação para Empresários Agrícolas e iniciar actividade numa nova exploração com 6000 m<sup>2</sup> de estufas equipadas com automatismos de abertura e fertirrega.

Passado um ano encerrei a minha actividade, transferindo o imobilizado existente para a nova exploração, aumentando assim a capacidade produtiva.



# Dossier: Instalação de Jovens Agricultores

Actualmente, apenas com o trabalho dos dois, alcançamos produções de 150 toneladas de hortícolas (alface, tomate, pepino, pimento, salsa e nabos) obedecendo às exigências de qualidade e segurança alimentar que nos são impostas pelos clientes da Cooperativa a que pertencemos. Para que isto seja possível temos a exploração organizada com rotação das culturas e programação das mesmas.

Todos os conhecimentos que tenho foram adquiridos em várias acções de formação que frequentei, Horto fruticultor, Informática e Protecção Integrada, mas também se devem aos indispensáveis anos de trabalho que nos dão a sensibilidade e experiência necessárias para lidar com esta actividade.

Os subsídios atribuídos foram indispensáveis, apesar de ter havido grande demora no que diz respeito ao pagamento dos mesmos. Por outro lado a burocracia necessária em todo o processo levou a que muitas vezes pensasse em desistir.

A nossa exploração situa-se na zona vulnerável N.º1, o que implica que tenhamos grandes preocupações ao nível ambiental, principalmente no que diz respeito à aplicação de adubos azotados, pois temos que cumprir as metas impostas para que seja possível a redução dos nitratos existentes



nas águas. O cumprimento do código das boas práticas agrícolas é indispensável para que todos preservemos o meio ambiente e futuro dos nossos filhos. Também

a reciclagem de plásticos, restos de plantas e a recolha de resíduos perigosos é fundamental. Será muito prejudicial para todos nós continuarem a existir pessoas que ignoram esta realidade, todos devemos contribuir.

O apoio técnico por parte do Ministério da Agricultura não tem sido suficiente, já que existem muitos agricultores com pouca formação, será então necessário o empenho de todos, Associações, Cooperativas e Câmaras Municipais para que se encontrem soluções para os diversos problemas ambientais.

Será necessário ficar atento a tudo o que se passa no sector, já que é previsível que com a entrada de novos Países na União Europeia, e a abertura das fronteiras a outros Países do resto do mundo com grande capacidade produtiva, a comercialização dos produtos nacionais seja afectada. Até porque, a muitos desses produtores não lhes são exigidas as mesmas condições em termos de segurança alimentar, condições de trabalho e tipo de mão-de-obra. Logo, mais facilmente podem apresentar produtos a preços mais reduzidos, com os quais não conseguimos competir.

Eu penso que as pequenas explorações familiares tal como a minha não terão grandes problemas, garantindo o nosso próprio emprego, e nós tudo faremos para resistir, adaptando-nos às novas tecnologias de produção e oferecendo a bom tempo o que os consumidores mais exigentes desejam.



## Redução da Lixiviação de Agro-Químicos para os Aquíferos



Numa sociedade de consumo é cada vez mais importante associar a quantidade à qualidade.

De acordo com o modelo de agricultura sustentável que todos desejamos, não é possível continuar a recorrer de forma abusiva à aplicação de fertilizantes, com o intuito quase exclusivo de aumentar as produções.

A fertilização deve ser um acto responsável. Só assim se podem evitar todos os problemas ambientais que a ela estão associados.

A AJAP, sensível a este tipo de questões, e com o intuito de melhorar os serviços que presta aos seus associados, está reconhecida pelos organismos oficiais para prestar assistência técnica no âmbito da Medida Agro-Ambiental da Redução da Lixiviação de Agro-Químicos para os Aquíferos, na Região do Algarve.

Objectivos da medida:

Controlar a aplicação de fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos e água de rega.

Duração:

Período mínimo 5 anos.

Condições de acesso:

- Explorar uma área de pelo menos 0.3 ha de culturas anuais (arvenses e horticolas) ou fruteiras de regadio ou olival de regadio ou vinha de regadio, integradas num perímetro de intervenção a definir previamente por uma organização de agricultores.

- Candidatar toda a área da unidade de produção incluída

no perímetro de intervenção, bem como outras parcelas da mesma unidade de produção localizadas na área drenante do mesmo sistema aquífero, desde que tal seja considerado necessário no plano de gestão a elaborar pela organização de agricultores e não representa mais de 50% da área candidata.

- Celebrar um contrato de assistência técnica com a organização de agricultores.

- Apresentar, no acto da candidatura, um plano de exploração para a área candidata, validado pela organização de agricultores, na qual sejam estabelecidos os objectivos a atingir.

- Frequentar uma acção de formação relativa a redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos, englobando também um módulo relativo a utilização racional da água quando na unidade de produção são praticadas culturas regadas, comprometendo-se a apresentar o respectivo certificado aquando da primeira confirmação anual ou uma declaração do IDRHa em como detém formação adequada.

**Compromissos do beneficiário:**

- Fazer, anualmente, uma análise de terra (azoto total e mineral) e água de rega (nitratos).

- Praticar para cada cultura o nível de fertilização azotada recomendada pelos serviços oficiais e validado pela organização de agricultores, na sequência da análise de terras, tendo como referência a média de produção para a região, definida pelo IDRHa, ou a média de produção dos últimos três anos em que tenha praticado a cultura antes da candidatura, devendo, neste último caso, proceder à respectiva comprovação.

- Cumprir o plano de exploração validado pela organização de agricultores.

- No caso de culturas regadas, em perímetros em que a área regada é superior a 10% da área total, fazer as regas de acordo com os avisos emitidos pela organização de agricultores, nomeadamente no que se refere à oportunidade de rega e dotações a aplicar.

- Realizar apenas os tratamentos fitossanitários preconizados pelo Serviço Nacional de Avisos Agrícola, excepto nos casos em que segue as normas da Protecção Integrada.

- Registrar em caderno de campo próprio toda a informação relativa às práticas adoptadas, nomeadamente regas, fertilizações e tratamentos fitossanitários.

- Anexar ao caderno de campo os comprovativos de aquisição dos produtos fitofarmacêuticos, dos fertilizantes e do consumo de água, quando aplicável, assim como os boletins de análise de terras e rega.

- Incorporar no sistema de rega uma válvula anti-retorno, sempre que através do mesmo se faça a aplicação de fertilizantes ou pesticidas.

- Selar os furos de captação de água que não estejam a ser explorados.

- No caso de sistemas culturais de culturas anuais de regadio ao ar livre (excepto arroz), sempre que na rotação não seja incluída nenhuma cultura no período de Outono-Inverno, introduzir uma cultura intercalar (gramínea) para grão ou corte, de forma a cobrir pelo menos 90% do solo a partir do mês de Novembro, a qual não poderá ser objecto de colheita, corte ou pastoreio antes de 1 de Março, excepto em situações de manifesta impossibilidade, confirmadas pelos serviços do Miistério. Caso a cultura seja objecto de incorporação no solo, deve neste caso ser contabilizada no balanço de azoto a efectuar para a cultura seguinte.

Sem prejuízo dos compromissos anteriores os agricultores podem subscrever ainda um dos seguintes compromissos;

- Redução do nível de fertilização azotada em 20 % relativamente ao recomendado.

- Redução do nível de fertilização azotada em 30% relativamente ao recomendado.

Beneficiários que se encontrem em zonas vulneráveis devem reduzir o nível de fertilização azotada obrigatoriamente em 20% ou 30%.

## Valores das ajudas:

- Culturas arvenses de regadio, horto-industriais, hortícolas ao ar livre e hortícolas em estufa, sem redução de azoto(1):

- €202 – até 10 ha
- €162 – de 10 a 50 ha
- €121 – mais de 50 ha

- Culturas arvenses de regadio, com redução de 20% de azoto(1):

- €568 – até 10 ha
- €454 – de 10 a 50 ha
- €341 – mais de 50 ha

- Culturas horto-industriais, hortícolas ao ar livre e hortícolas em estufa, com redução de 20% de azoto(1):

- €600 – até 10 ha
- €480 – de 10 a 50 ha
- €360 – mais de 50 ha

- Culturas arvenses de sequeiro, sem redução de azoto(1):

- €129 – até 10 ha
- €103 – de 10 a 50 ha
- €78 – mais de 50 ha

- Culturas arvenses de sequeiro, com redução de 20% de azoto(1):

- €258 – até 10 ha
- €207 – de 10 a 50 ha
- €155 – mais de 50 ha

- Culturas arvenses de sequeiro, com redução de 30% de azoto(1):

- €323 – até 10 ha
- €258 – de 10 a 50 ha
- €194 – mais de 50 ha

- Pomares de regadio ou olival de regadio ou vinha de regadio, sem redução de azoto(2):

- €159 – até 10 ha
- €127 – de 10 a 50 ha
- €96 – mais de 50 ha

- Pomares de regadio ou olival de regadio ou vinha de regadio, com redução de 20% de azoto(2):

- €900 – até 10 ha
- €720 – de 10 a 50 ha
- €540 – mais de 50 ha

(1) A densidade de árvores, em cada parcela objecto de sementeira, deve ser igual ou inferior a:

- 40 árvores/ha, no caso de montado, souto, alfarrobal, carvalho e restantes espécies florestais;
- 60 árvores/ha, no caso de olival, amendoal, figueiral e outras fruteiras;
- 50 árvores/ha, no caso de povoamentos mistos de espécies integradas nos dois grupos anteriores.

(2) Os pomares, o Olival e a Vinha devem ter, por parcela, uma densidade igual ou superior a, respectivamente, 100 árvores/ha, 200 oliveiras/ha, ou 2000 cepas/ha.



# New Holland



## Mais inovação. Maior possibilidade de escolha.

Novos produtos concebidos, fabricados, vendidos e assistidos por uma equipa altamente motivada e qualificada que trabalha para si e que se encontra à sua inteira disposição em todo o mundo. Novas tecnologias que oferecem, de forma imediata, vantagens reais e os melhores resultados para a sua actividade agrícola. Novas ideias que respondem a todas as suas necessidades, tanto actuais como futuras. Novas oportunidades que transmitem segurança aos que querem crescer. Em todos estes campos e em todos os seus campos, a inovação New Holland é o caminho que conduz ao sucesso.

[www.newholland.com/pt](http://www.newholland.com/pt)  
Telefone gratuito de Atendimento aos Clientes 800 880 373



**NEW HOLLAND**

Especialistas no seu sucesso

## Manutenção do solo na vinha: O enrelvamento

A manutenção de diversas espécies de plantas na vinha e a minimização de utilização de herbicidas, permite evitar a erosão do solo e a sua compactação pelo uso excessivo de maquinaria agrícola, minimizar a utilização de fertilizantes e o consumo de água de rega contribuindo para a conservação e melhoramento do solo.

Muitas vinhas encontram-se instaladas em terrenos mais ou menos declivosos, onde o efeito erosivo por acção do vento e principalmente da chuva tem levado a uma perda de solo. As mobilizações frequentes do solo agravam não só esta situação, como também reduzem a fertilidade.

Nas vinhas em produção, vigorosas, as infestantes não concorrem tanto com a cultura, no entanto estas devem ser eliminadas na linha, nomeadamente com o recurso a herbicidas sistémicos, permitidos em protecção integrada ou com inter-cepas.

Na entrelinha preconiza-se a manutenção do coberto herbáceo, constituído por vegetação espontânea ou semeada com recurso principalmente a leguminosas, plantas fixadoras de azoto.

No enrelvamento temporário, durante o Outono e Inverno, poderão considerar-se adequadas as leguminosas, como a tremocilha (*Lupinus luteus*) que se enterra na Primavera ou as gramíneas, como o azevém (*Lolium perenne*) e festuca (*Festuca spp*) e consociações de ambas.

No enrelvamento permanente, em regiões com pluviosidade suficiente, poderá recorrer-se apenas ao azevém e à festuca, ou à mistura de uma destas espécies com trevo-branco ou trevo-subterrâneo.

As misturas devem ser concebidas tendo em conta as diferentes condições edafo-climáticas e agronómicas, específicas de cada região, devendo ser usadas as variedades mais precoces, de forma a não haver competição entre a vinha e o revestimento, quando escasseia a humidade no solo, as plantas do revestimento devem-se encontrar na fase final do ciclo vegetativo.

Para a instalação do revestimento deveremos ter em conta:  
- A preparação do solo – preparar o terreno de forma a que uma camada superficial com a espessura de 6 a 10 cm fique bem desfeita, esmiuçada, firme e relativamente plana.

- Fertilizações e correcções de solo – deveremos ser especialmente generosos com o fósforo e se necessário também com o potássio.



- Revestimento feito unicamente com leguminosas garantem elevadas taxas de fixação biológica de azoto atmosférico, contribuindo para elevar o nível de fertilidade do solo.

- Revestimentos feitos com gramíneas e leguminosas, são recomendados para situações em que o solo já apresenta elevada fertilidade e/ou cepas presentes possuem elevado vigor vegetativo.

A sementeira deve efectuar-se cedo se possível, logo após a vindima.

Na condução e manutenção do revestimento, a erva deve ser cortada e triturada logo no início da floração, para obrigar à floração rasteira e maior produção de sementes.

No final do Verão recomenda-se cortar e destroçar as ervas, para que os resíduos de ervas secas não causem dificuldades na germinação das sementes.

Como vantagens do enrelvamento poderemos referir a influência positiva na biocenose fomentando os auxiliares, a melhor defesa contra a erosão, a melhoria da matéria orgânica e estrutura do solo, a maior profundidade do sistema radicular e o melhor equilíbrio nutritivo da vinha com menor exigência em adubações azotadas, facilita a taxa de fixação biológica de azoto atmosférico e a circulação de tractores e alfaías, independentemente das chuvas.

Como inconveniente refere-se o aumento do risco de geadas, a concorrência das infestantes com a vinha pela água e nutrientes nomeadamente em solos pedregosos, arenosos e "secos". Em anos secos as pragas das infestantes podem atacar a cultura.

As vantagens agronómicas do enrelvamento devem ser ponderadas tendo em conta a casta e porta-enxerto, a natureza do solo, o clima (nomeadamente a precipitação) e a fauna e flora existente no solo.

(Fotografia de enrelvamento na vinha da exploração do Sr. Eng.º Manuel de Oliveira)

João Pacheco  
Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho

feira nacional de **Agricultura**  
4 a 12 Junho 2005



feira do **Ribatejo**



Centro Nacional de Exposições

**Santarém**

## **Concurso Jovem Agricultor 2005**

### **Participe e seja um dos vencedores!**

Tem-se verificado, desde Março, um grande interesse por parte de Jovens Agricultores através de contactos, no sentido de colocarem diversas questões sobre o "Concurso Jovem Agricultor 2005".

Como já é do seu conhecimento, os participantes podem concorrer às seguintes categorias: Prémio "Jovem Agricultor 2005" e Prémio "Inovação e Tecnologia". Não deixe de participar!



## **22.ª Ovibeja: Presidente da República visita stand da AJAP**

Mais uma vez o Parque de Exposições de Beja foi palco do maior certame do Sul, a 22.ª da Ovibeja, onde milhares de visitantes tiveram oportunidade de apreciar os festivais de exposição de gado, vinho, enchidos e outros produtos agrícolas, já para não falar dos concertos de música ao vivo.

Na sessão inaugural, o Presidente da República, Jorge Sampaio, e o Ministro da Agricultura, Jaime Silva, visitaram o stand da AJAP, tendo sido recebidos pelo Presidente da AJAP, Firmino Cordeiro.

## **Dia da Europa - Dia da Agricultura nas Escolas Europeias**

No passado dia 9, a AJAP assinalou o "Dia da Europa" organizando o "Dia da Agricultura nas Escolas Europeias" em simultâneo com as organizações de Jovens Agricultores dos restantes Estados Membros da União Europeia. A iniciativa, coordenada pelo CEJA, Conselho Europeu de Jovens Agricultores, teve como objectivo apresentar a agricultura aos mais jovens. Com esta iniciativa, os Jovens Agricultores pretendem mostrar como se produzem os alimentos e de que forma a agricultura contribui para a manutenção da paisagem e ocupação do território no espaço europeu.

Em Portugal, a AJAP organizou uma visita com uma turma de 20 alunos do 1º ciclo do ensino Básico a uma exploração agro-pecuária de produção de leite, a Quinta de Santo Isidro, em Bougado, Trofa. As crianças tiveram oportunidade de contactar com os animais e aprender sobre a sua alimentação e maneio, graças às explicações do Jovem Agricultor de Sucesso, e dono da exploração, Jorge Oliveira. Informações de carácter pedagógico sobre a agricultura estão disponíveis no site "MISSÃO TELLUS", em <http://www.ceja.educagri.fr/por/ac.htm>.



## **CEJA - Conselho Europeu de Jovens Agricultores com novo Presidente**

Giacomo Ballari é o novo Presidente do CEJA. Com 29 anos, Jovem Agricultor de Piemonte (Itália), é produtor de leite e mel biológico, para venda directa. Eleito a 8 de Maio por unanimidade, Ballari era já Vice-Presidente do CEJA.

## **Conselho de Ministros da Agricultura**



Nos dias 9 e 10 de Maio realizou-se no Luxemburgo o Conselho Informal dos Ministros da Agricultura, organizado pela Presidência Luxemburguesa. Diversas organizações de agricultura, incluindo a AJAP, e ministros dos 25 países da União Europeia, Bulgária, Croácia, Roménia e Turquia, tiveram a oportunidade de debater "Agricultura na Europa – um desafio para os Jovens Agricultores".

Depois da reunião, o anterior presidente, Sylvain Marmier e o presidente do CEJA, Giacomo Ballari, confirmaram a sua satisfação relativamente aos debates abertos e constructivos realizados durante os trabalhos de grupo. Ambos concordaram com a necessidade de criar um "pacote de medidas para Jovens Agricultores" e começar a pensar numa forma de impulsionar as possibilidades de desenvolvimento no sector agrícola.

Giacomo Ballari, o presidente do Ceja acrescenta que "é tempo de focalizar num projecto real de desenvolvimento para Jovens Agricultores e para a agricultura no futuro, criando oportunidades para as pessoas que vivem em áreas rurais".

## SNIRA - O/C - Sistema Nacional de Identificação e Registo de Animais - Ovinos/Caprinos



Durante o período compreendido entre 1 de Junho e 9 de Julho de 2005, arranca a 1ª fase do SNIRA - O/C. Nesta 1ª fase todos os detentores de animais da espécie ovina/caprina deverão proceder ao recenseamento da exploração e animais mantidos, bem como o número de identificação do parcelário referente à exploração. A estrutura de Postos de Atendimento a utilizar será a já existente para o SNIRB, podendo no entanto surgir novos postos. A declaração destes dados é de carácter obrigatório.

## Postos de Atendimento do SNIRB

Sr. Agricultor, não se esqueça que o fornecimento de todas as informações referentes ao seu efectivo bovino é de carácter obrigatório.

Concelhos	Postos de Atendimento do SNIRB	Telefone
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Vila do Conde	Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Mirandela	Centro de Gestão Agrícola de Mirandela	278 257 682
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sousel	268 551 458
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Sendim	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim	273 739 166
Borba	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba	268 841 547
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Bragança	Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Santarém	Gabinete de Coordenação Regional Ribatejo e Oeste	243 352 916
Odemira	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira	283 327 227
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Montemor-o-Velho	Gabinete de Coordenação Regional Beira Litoral	239 621 429
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Portel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel	266 612 636
Salvaterra de Magos	Balcão Rural Foros Salvaterra	263 501 500
Moita	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita	212 896 629
Terras de Bouro	Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro	253 351 123

## Roteiro de Eventos

### JUNHO

**42ª Feira Nacional de Agricultura / 52ª Feira do Ribatejo**  
4 a 12 de Junho - CNEMA  
[http://www.cnema.pt/calendario\\_apresentacao.php?alD=375](http://www.cnema.pt/calendario_apresentacao.php?alD=375)

**World Pork Expo**  
9 a 11 de Junho, Iowa State Fairgrounds, Des Moines, Iowa, U.S.A.  
<http://www.ipm-messe.de/?lang=en>

**Feira de Alimentação, Agricultura Biológica e Ambiente, Terra Sã Porto 2005**  
17 a 19 de Junho, Centro de Congressos do Porto - Alfândega  
<http://www.agrobio.pt/>

**Vinexpo 2005 - Salon International du Vin et des Spiritueux - Wine and Spirits international exhibition**  
19 a 23 de Junho, Bordeaux  
<http://www.vinexpo.com/>

**Asturforesta 2005 - Feria Nacional de la Selvicultura y los Aprovechamientos Forestales de la Península Ibérica**  
23 a 25 de Junho, no Monte Armayán, Tineo, Principado de Asturias, España  
<http://www.vinexpo.com/>

### JULHO

**XXII - ICC 2005 - International Cartographic Conference**  
9 - 16 July 2005, La Coruña  
<http://www.icc2005.org/>

**WATER IN CELTIC COUNTRIES: Quantity, Quality and Climate Variability**  
11 a 13 de Julho, Guimarães  
<http://www.icc2005.org/>

**EFITA/WCCA2005 - The 5th Conference of the European Federation for Information Technology in Agriculture, Food and Environment**  
25 a 28 de Julho, Vila Real  
<http://www.agriculturadigital.org/efitaandwcca2005/index.html>



# Um Profissional ao Seu lado



## GAMA de modelos

### Compactos:

Agrokid 25, 30, 40, 50

### Convencionais:

Agrolux 60, 70

Agroplus 60, 70, 80

Agroplus 75, 85, 95

Agrotron 80, 90, 100, 105

Agrotron 108, 118, 128, 148

Agrotron 130, 140, 155, 175

Agrotron 210, 230, 260

Agrotron TTV 1130, 1145,  
1160

### Fruteiros:

Agrolux "F" 50, 60, 70, 80

Agrocompact 70, 75, 90, 100

*Visite o seu Amigo Concessionário ou a*



**SAME DEUTZ-FAHR PORTUGAL**  
Tractores e Equipamentos Agrícolas, Lda.

Apartado 17 - Estrada Nacional 1, Km 30,5 / 2584-908 CARREGADO  
telef. 263 850 760 fax 263 850 793  
e.mail sdf.portugal@samedeutz-fahr.pt

A Same Deutz-Fahr Portugal  
recomenda os lubrificantes

**Akros**

# Programa SEMINÁRIO

## "AGARRAR O TEMPO PARA SER JOVEM AGRICULTOR"

30 de Junho de 2005

Centro de Congressos de Lisboa

**09h00** Recepção dos Participantes

**09h30 SESSÃO DE ABERTURA** presidida por Sua Excelência o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Dr. Jaime Silva  
Dr. Dirk Ahner - Coordenador do FEADER  
Prof. Doutor António Serrano - Director do GPPAA  
Sr. Giacomo Ballari - Presidente do CEJA  
Eng.º Firmino Cordeiro - Presidente da AJAP  
Eng.º Tito Rosa - Gestor do PO AGRO

**10h00 "RUMOS PARA A AGRICULTURA EUROPEIA E PARA OS JOVENS AGRICULTORES"**

Orientador: Prof. Doutor Francisco Aviliez – ISA

Dr. Dirk Ahner - Coordenador do FEADER  
Sr. Giacomo Ballari - Presidente do CEJA  
Prof. Doutor José Manuel Lima Santos – ISA  
Dr. Carlos Neves – Vice-Presidente da AJAP

**11h00** Pausa para café

**11h10** Debate

**13h00** Almoço

**14h30 "A INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES EM PORTUGAL: SUCESSO OU INSUCESSO DAS POLÍTICAS DE INCENTIVOS"**

Orientador: Prof. Doutor Raúl Jorge – ISA

Eng.º Tito Rosa - Gestor do PO AGRO  
Prof.ª Doutora Madalena Barreira – ISA  
Prof.ª Doutora Inês Mansinho – ISA  
Eng.ª Joana Castro - Viticultora  
Eng.º Osvaldo Branco - Floricultor

**16h00** Debate

**16h45 "CONCLUSÃO DOS TRABALHOS"**

Eng.º Firmino Cordeiro - Presidente da AJAP  
Eng.º Tito Rosa - Gestor do PO AGRO

Com intuito de debater o enquadramento actual dos Jovens Agricultores nas novas normas comunitárias, a AJAP, em conjunto com o PO AGRO, encontra-se a preparar um Seminário designado "Agarrar o tempo para ser Jovem Agricultor", que irá decorrer a 30 de Junho, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL).

Para além de discutir a situação actual dos Jovens Agricultores, as condições necessárias e principais dificuldades aquando da sua instalação, é também objectivo deste Seminário o enquadramento com a realidade ao nível da Comunidade Europeia, nomeadamente no que diz respeito ao próximo Quadro Comunitário.

O evento, apesar de gratuito, implica inscrição. Assim, se pretender participar, contacte-nos!



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA  
FUNDOS ESTRUTURAIS

**AGRO**

Segunda, 28 de Março de 2005	N.º 60 Série I-B	2618	Portaria n.º 314/2005	Excepciona a aplicação da suspensão prevista na Portaria n.º 134/2005, de 2 de Fevereiro, aos projectos inovadores no âmbito da medida n.º 1 do Programa AGRO
------------------------------	------------------	------	-----------------------	---

**Florestas**

Sexta, 1 de Abril de 2005	N.º 64 Série I-B	2780	Portaria n.º 346/2005	Define o modelo, conteúdos, dimensões e cores das placas de sinalização das medidas de condicionamento do acesso, de circulação e de permanência nas zonas críticas nas áreas submetidas a regime florestal e nas áreas florestais sob gestão do Estado.
Sexta, 18 de Fevereiro de 2005	N.º 35 Série I-B	1434	Portaria n.º 197/2005	Altera a Portaria n.º 679/2004, de 19 de Junho, que aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Florestal Permanente

**Ovinos e Caprinos**

Segunda, 18 de Abril de 2005	N.º 75 Série I-A	3013	Despacho Normativo n.º 25/2005	Estabelece as normas de atribuição, a partir da reserva nacional, de direitos ao prémio à ovelha e à cabra bem como as normas de utilização dos direitos individuais ao referido prémio
Terça, 22 de Fevereiro de 2005	N.º 57 Série I-B	2536	Despacho Normativo n.º 19/2005	Determina que os programas destinados a apoiar as actividades tradicionais e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino, de ovino e de caprino, previstos nos artigos 13.º e 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001, de 28 de Junho (...)

**Leite**

Sexta, 15 de Abril de 2005	N.º 74 Série I-B	3006	Portaria n.º 425/2005	Altera a Portaria n.º 1250/2003, de 31 de Outubro, que define as regras relativas à constituição e atribuição da reserva nacional de quotas leiteiras, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 240/2002, de 5 de Novembro
Terça, 5 de Abril de 2005	N.º 66 Série I-B	2860	Despacho Normativo n.º 21/2005	Determina as quantidades máximas da cedência da quantidade da referência individual a realizar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 240/2002, de 5 de Novembro, durante as campanhas leiteiras até 2007

**RPU**

Quinta, 7 de Abril de 2005	N.º 68 Série I-B	2921	Despacho Normativo n.º 23/2005	Estabelece as normas de aplicação dos pagamentos complementos aos produtores de certos tipos específicos de agricultura e produção de qualidade previstos pelo artigo(...)
Terça, 5 de Abril de 2005	N.º 66 Série I-B	2861	Despacho Normativo n.º 22/2005	Estabelece as condições específicas de utilização das parcelas relativas à retirada de terras da produção de qualidade previstos pelo artigo 69.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro
Terça, 22 de Fevereiro de 2005	N.º 37 Série I-B	1543	Portaria n.º 206/2005	Altera a Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro [estabelece as regras nacionais complementares relativas ao 1.º ano de aplicação do regime de pagamento único (...)]

**RURIS**

Segunda, 14 de Março de 2005	N.º 51 Série I-B	2233	Portaria n.º 254/2005	Altera a Portaria n.º 1212/2003, de 16 de Outubro, que aprova o Regulamento de Aplicação da Intervenção «Medidas Agro-Ambientais», do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)
Segunda, 28 de Fevereiro de 2005	N.º 41 Série I-B	1795	Portaria n.º 229/2005	Estabelece o princípio subjacente à aplicação das sanções previstas nos Regulamentos de Aplicação das Intervensões «Medidas Agro-Ambientais» e «Indemnizações Compensatórias», do RURIS

**Viticultura**

Segunda, 2 de Maio de 2005	N.º 84 Série I-B	3267	Portaria n.º 457/2005	Altera Portaria n.º 1259/2001, de 30 de Outubro, que estabelece para o continente as normas complementares de execução do regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas
----------------------------	------------------	------	-----------------------	---

**Diversos**

Sexta, 6 de Maio de 2005	N.º 88 Série I-B	3294	Despacho n.º 30/2005	Estabelece as regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional
Terça, 5 de Abril de 2005	N.º 66 Série I-B	2860	Despacho Normativo n.º 20/2005	Aprova o Regulamento de Atribuição dos Apoios Excepcionais à Colocação no Mercado de Cortiça Afectada pelos Incêndios

# Gabinetes de Apoio Jovem Agricultor

- 1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
- 2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
- 3 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa da Feira e S. João da Madeira
- 4 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Esposende
- 5 - Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo
- 6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
- 7 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Aveiro
- 8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
- 9 - Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro
- 10 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Penafiel
- 11 - Gabinete de Apoio Agrícola
- 12 - Gab. de Ap. ao Jovem Agricultor na Coop. Agrícola de Paredes de Coura
- 13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
- 14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
- 15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
- 16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
- 17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
- 18 - Centro de Gestão Agrícola de Mirandela
- 19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
- 20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
- 21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
- 22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
- 23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
- 24 - Centro de Gestão de Saldonha
- 25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
- 26 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Chaves
- 28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alljô
- 29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
- 30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
- 31 - Gabinete de Apoio ao Agricultor (Vila Real)
- 32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
- 33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
- 34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
- 35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
- 36 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco
- 37 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
- 38 - Adegas Cooperativas de S. Paio, CRL
- 39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
- 40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
- 41 - Cooperativa Agrícola da Beira Azeiteira
- 42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
- 43 - Balcão Rural de Pombal
- 44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
- 46 - Balcão Rural de Abrantes
- 48 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
- 49 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita
- 50 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
- 51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
- 52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
- 53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
- 54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Campo Maior
- 55 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ervedal
- 56 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
- 57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
- 58 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de S. João Batista
- 59 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
- 60 - FRUTALGARVE - Cooperativa de Hortofruticultores de São Bartolomeu de Messines, CRL
- 61 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve, Lda
- 62 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
- 63 - Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim

